

QUANDO '2+3' NÃO É IGUAL A '3+2': A SEMÂNTICA E A PRAGMÁTICA DAS  
CONSTRUÇÕES SIMÉTRICAS EM LÍNGUA NATURAL

Kanavillil Rajagopalan  
(Unicamp e Puc-SP)

Num artigo extremamente fascinante intitulado 'Dos problemas de imperfeita simetria', Ilari (1983) apresenta o seguinte quebra-cabeça lógico-linguístico achado por acaso durante uma conversa informal: ao fazer a observação (1A) a um certo Dr. C.S., veio a resposta (1B):

- (1) A. Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo  
B. Não, o Paulo é que trabalha na mesma sala que eu

O que torna o diálogo acima linguisticamente interessante (e desencadeou uma série de reflexões analíticas e teóricas por parte de Ilari) é que, do ponto de vista lógico, a resposta (1B) parece, pelo menos em um primeiro momento, tão estranha quanto (2b), de minha invenção, enquanto resposta a (2a)

- (2) a. '2+3' é 5  
b. Não, mas '3+2' é

Mas, no contexto específico de (1) tal estranheza não ocorreu, como deixam claro os comentários de Ilari (Ilari, 1983: 98; aqui, p.51).

Contudo, a analogia não foge à análise que o próprio Ilari nos oferece a respeito de (1), quando ele diz, adiante, no artigo em discussão:

...[ 1B ] retorna anaforicamente o conteúdo proposicional da pergunta [ 1A ], para declará-lo falso ("Não") e em seguida acrescenta como alternativa esse mesmo conteúdo, agora assertado como verdadeiro. [ 1B ] é, em suma, uma oração contraditória (Ilari, 1983:102; aqui p.54).

Há um pequeno equívoco nessa observação de Ilari que precisa ser desfeito. (1B), por si só, não é nada contraditório, ou seja, o enunciado não ostenta em

sua testa a forma lógica 'p & ~p'. Por conseguinte, para aceitar a alegação de Ilari de que (1B) é contraditório, é preciso abordar o enunciado em questão no seu contexto dialógico e também aceitar a interpretação da palavra inicial 'Não' como "retorna[ndo], anaforicamente, o conteúdo proposicional da pergunta [1A]". Assim, quando necessário referir a 'Não' separadamente, eu o farei dividindo (1B) em, respectivamente, (1b) e (1c).

Feita a ressalva, a citação acima contém, a meu ver, a pedra angular do conjunto de reflexões que Ilari faz, pois o restante do artigo pode ser visto, a grosso modo, como uma tentativa de demonstrar que os diversos recursos analíticos já disponíveis não são capazes de "explicar, lingüisticamente, a resposta (1B) e a sua interpretação".

O objetivo principal deste trabalho é prover uma explicação para (1), explicação essa que me parece intuitivamente satisfatória e, o que é mais interessante ainda, perfeitamente sustentável dentro do quadro geral teórico e analítico sobre linguagem acumulado até o presente momento. As reflexões a seguir, em outras palavras, terão como finalidade estabelecer que, longe de constituir uma situação "desesperadora", casos como o discutido por Ilari apenas apontam para um cuidado maior no que se refere à aplicação de certos conceitos teóricos a dados concretos.

Evidentemente, qualquer polêmica a nível teórico como essa, rerete, em última análise, a uma questão da postura teórica que, por sua vez, envolve considerações sobre a própria concepção da linguagem (como representação, ação, e assim por diante) e também da predileção metateórica (por exemplo, qual o papel do componente semântico numa teoria global sobre a linguagem). Pretendo, como um segundo passo neste trabalho, discutir algumas implicações da minha análise que tanger tanto à primeira como à segunda.

A estratégia geral da minha argumentação consistirá das seguintes etapas: (a) uma tentativa de mostrar que a própria identificação do problema (tal como contida no trecho citado acima) contém equívocos que acabam por impossibilitar uma solução convincente, (b) um esforço para colocar a questão em termos diferentes, (c) a proposta de uma solução dentro da abordagem teórica chamada 'Pragmática Radical' e (d) uma discussão em torno de algumas das implicações metateóricas da minha proposta.

Mais do que uma proposta de solução para o problema levantado por Ilari, o que me interessa, pessoalmente, neste trabalho, é a ligação que procuro estabelecer entre a solução e o que se pode caracterizar como uma postura geral perante a questão da significação, sobre a qual tenho uma hipótese bastante audaciosa a oferecer no final deste trabalho. Afinal de contas, é esta preocupação que nos leva a um exame criterioso de certas questões teóricas e metateóricas que nem sempre se apresentam na superfície, a não ser nas margens dos trabalhos analíticos. Tal exame deverá propiciar mais discussão e polêmica que só nos ajudarão a rever as nossas posições com crescente nitidez e clareza, ou seja, manter-nos como apaixonados inveterados do estudo da linguagem. Sempre achei que o dia em que todos os lingüistas começarem a

pensar do mesmo jeito, será o fim da nossa querida vocação. Dedico, portanto, este trabalho ao espírito crítico insaciável que torna a pesquisa linguística um passatempo tão divertido - honestamente, sinto pena das celebridades não-linguistas como a rainha da Inglaterra e Roberta Close que, pelo que fiquei sabendo outro dia, desconhecem totalmente este nosso prazer.

\* \* \*

Retornemos, então, como nosso ponto de partida, a identificação do problema por parte de Ilari. Como já vimos, o que intriga Ilari sobre casos como (1) - que, aliás, são bastante comuns - é que eles envolvem o que parece ser uma plena contradição. Como explicar o fato de que, em casos como (1), tais contradições são não só aceitas, mas também consideradas significativas, ao passo que as locuções como as em (3) causariam estranheza, seja qual for o contexto de enunciação?

- (3) a. ? Eu não trabalho na mesma sala que o Paulo.  
Eu trabalho na mesma sala que o Paulo.  
b. ? O Paulo não trabalha na mesma sala que eu.  
O Paulo é que trabalha na mesma sala que eu.

É preciso notar que, ao caracterizar o enunciado (1B) como contraditório, Ilari faz duas substituições: A primeira transforma (1B) em (4), e a segunda substitui (4) por (3b).

- (4) Eu não trabalho na mesma sala que o Paulo. O Paulo é que trabalha na mesma sala que eu

Como se pode verificar, (4), tal como está, não soa tão estranho quanto (3b), o que nos leva a concluir que aconteceu algo mais que uma simples substituição inócua na passagem de uma para a outra. Eu não duvido nem por um momento que Ilari não tenha percebido esta mudança entre (4) e (3b). Por que será, então, que ele legitimou a substituição? A resposta só pode ser que não deve haver nada que possa impedir uma substituição salva veritate. Quanto aos valores veritativos de (4) e (3b), não há dúvida de que, em qualquer mundo em que 'A trabalha na mesma sala que B' for verdadeira, 'B trabalha na mesma sala que A' também deva ser verdadeira, ou seja, simplesmente não há como os enunciados passarem ter valores veritativos diferentes. Daí, a perplexidade ao verificar que uma simples aplicação de um princípio tão consagrado como o da 'identidade de indiscerníveis' (o princípio de Leibniz) poderia causar tanto estrago num diálogo tão natural como o em (1).

Identificado o problema nestes termos, Ilari se vê diante de uma das duas como a possível saída para o impasse: ou procurar estabelecer que 'A trabalha na mesma sala que B' e 'B trabalha na mesma sala que A' não são exatamente equivalentes

ou, mesmo mantendo a equivalência "ao nível literal", tentar mostrar que algum fator de ordem conversacional intervém no sentido de criar um "sentido do locutor" diferente do sentido lingüístico.

Não pretendo discutir um por um os diversos caminhos lingüísticos que Ilari nos aponta, antes de chegar à conclusão de que nenhum deles nos conduz para fora do labirinto lógico. Isso porque, nestas discussões se evidenciam um claro domínio dos recursos analíticos e uma alta sensibilidade aos dados que sempre sobressaem nos trabalhos de Ilari, qualidades essas que deixam pouco espaço para contestação. A tese alternativa que pretendo prover a seguir será no sentido de demonstrar que a forma de identificação do problema nos termos em que Ilari a faz impossibilitou o que no meu entender é a única explicação, e que, no momento que o problema foi encarado com uma ótica diferente, abrir-se-á o caminho para essa explicação.

\* \* \*

Gostaria, antes de focar os casos como (1), apresentar uma primeira ordem de considerações para depois, e à luz das quais, situar o fenômeno. Em primeiro lugar, acho importante distinguir entre dois conceitos de contradição: um estritamente lógico e outro leigo porém provavelmente mais fiel à etimologia da palavra. Para se ter uma idéia como os dois conceitos diferem, examinemos o seguinte diálogo iraginério.

- (5) A : Todos os corvos são pretos (5a)  
B : Todos os corvos não são pretos (5b)

Do ponto de vista lógico, o enunciado (5b) não é - necessariamente<sup>1</sup> - considerado contraditório ao (5a). Isso porque, contraditoriedade é, por definição, uma relação entre duas proposições graças a qual, dada a verdade de uma se possa inferir a falsidade da outra e vice-versa, ou seja, as duas juntamente excluem qualquer outra possibilidade. Segundo a lógica aristotélica, o contraditório de uma proposição universal afirmativa (=positiva) é a proposição particular negativa correspondente. (5a) e (5b) (no sentido de 'Nenhum corvo é preto') são tradicionalmente caracterizadas como um par de proposições contrárias que, por definição, permitem um meio termo.

Do ponto de vista dialógico, porém, o locutor B, ao enunciar (5b), está decididamente contradizendo o que A acabou de afirmar em (5a). É interessante notar que esta segunda noção de contradição, embora diferente do conceito lógico da contradição, compartilha o critério da exaustividade, ou seja, da exclusão do meio termo. Pode-se ver que, no mundo das crenças (belief-world) de B, (5a) é falsa e, ao mesmo tempo, (5b) verdadeira - ou seja, ao enunciar (5b), B está simultaneamente negando a verdade de (5a) e afirmando a verdade de (5b). Isto quer dizer que a contraditoriedade existe relativamente ao mundo das crenças de B.

O conceito da contradição na lógica tradicional independe das crenças

de quem enuncia as proposições, ao passo que o conceito dialógico da contradição só existe relativo às crenças de um dos locutores. O primeiro, portanto, deve ser contemplado ao nível alético, enquanto o segundo se dá aos níveis epistêmico ou doxástico.

Examinemos agora o seguinte caso hipotético:

- (6) A : Todos os corvos são pretos (6a)  
B : Alguns corvos não são pretos (6b)

Na lógica tradicional, (6a) e (6b) constituem um caso exemplar de contradição, na medida em que não há nenhum mundo em que as duas proposições possam ser ou ambas falsas ou ambas verdadeiras. Contudo, no sentido dialógico da contradição, o enunciado de B em (6) não vale por um ato de contra-dizer. Pode-se notar que, ao contrário de (5), (6) é uma sequência bastante estranha no sentido de que se nota uma certa 'quebra' na 'fluidez' do desenvolvimento dialógico. A fluidez pode ser recuperada se (6) for reconstruída como (7).

- (7) A : Todos os corvos são pretos (7a)  
B : Não (7b). Alguns corvos não são pretos (7c).

Como explicar a naturalidade da sequência em (7), naturalidade essa que não se manifestava em (6). É evidente que o enunciado (7b) nada mais é do que o (5b) de (5). Ou como diria Ilari, (7b) "retoma anaforicamente o conteúdo proposicional" de (7a) - invertendo, isto sim, sua polaridade.

Em Rajagopalan (1982), analisei casos como (7) dentro do arcabouço da teoria de atos de fala. Mostrei, neste trabalho, que o enunciado (7b) constitui um ato ilocucionário de denegação que tem por meta colocar em cheque o efeito ilocucionário de um ato anterior (no caso, (7a) que é uma asserção). Tendo executado o ato de denegação (ou, se quiser, o ato de contra-dizer), o locutor B faz a asserção (7c) no intuito de oferecer sua justificativa por ter executado o ato anterior (Rajagopalan, 1984c).

Entre os atributos do ato ilocucionário de denegação, destaca-se seu caráter metalinguístico. Isto é, o ato pode incidir não sobre a proposição contida no ato de asserção anterior, mas sobre sua representação linguística (segue discussão adiante). O acento contrastivo que geralmente recai sobre o elemento negativo em contextos como (7) (mas não em (6)) decorre desse caráter metalinguístico do ato de denegação. Assim, (8b) terá como interpretação (8b')

- (8) A : O rei da França é careca (8a)  
B : O rei da França NÃO é careca (8b)  
'Não se pode dizer 'O rei da  
França é careca' (8b')

Interpretado como (8b'), (8b) pode ser visto como preparando o terreno para uma escolha entre as diversas opções (8c1), (8c2) e (8c3) que se têm quanto à justificativa para a denegação.

- (8c1) O rei da França tem cabelos
- (8c2) A França não tem rei
- (8c3) Existem mais de um rei na França

Note-se que no contexto dialógico de (8), B pode ter contestado a asserção (8a) por meio de

- (8b1) O rei da França não é CARECA
- (8b2) O REI DA FRANÇA não é careca
- (8b3) O rei da França não é careca

que delimitar o leque de opções aberto por (8b), como se pode verificar pela estranheza de (9) e (10), ao contrário da aceitabilidade de (11)

- (9) ? O rei da França não é CARECA; a França não tem rei
- (10) ? O rei da França não é CARECA; a França tem mais de um rei
- (11) O rei da França não é CARECA; ele TEM CABELOS

Interessante também é observar que quando a contestação é provocada por algum fator de ordem estritamente lingüística - por exemplo, um erro gramatical - na asserção anterior (lembre-se, na expressão lingüística por meio da qual o ato da asserção foi efetuado), o acento recai fatalmente sobre o foco de desvio. Assim, enquanto em (12) B tem duas opções para contestar a asserção de A, o mesmo não acontece em (13), ou seja, a opção em potencial (13b1) dificilmente será exercida.

- (12) A : O sol é um planeta (12a)
- B : O sol NÃO é um planeta (12b1)
- O sol não é um PLANETA (12b2)
- (13) A : O sol é uma planeta (13a)
- B : ? O sol NÃO é uma planeta (13b1)
- O sol não é UMA planeta (13b2)

Voltando a (1), é fácil verificar que o caso se enquadra no paradigma de denegação.

- (1) A : Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo (1a)
- B : Não (1b). O Paulo é que trabalha na mesma sala que eu (1c)

Em (1), (1b) tem como interpretação (1b')

(1b') Não se pode dizer 'Você (eu) trabalha (o) na mesma sala que o Paulo'

Note-se que em (1b') o complemento de 'Não se pode dizer' não é proposicional, mas citacional (veja Cole 1978 para uma discussão sobre esta distinção), isto é, não a proposição contida em (1a), mas a expressão linguística da proposição apresentada por (1a). Ilari ignora completamente este fato quando ele analisa (1b) como "retoma[ndo] anaforicamente o conteúdo proposicional de [1a]".

Vale a pena aqui fazer uma pequena digressão para primeiro procurar entender melhor a diferença entre uma proposição e a expressão linguística da mesma - para depois discutir as consequências de analisar o complemento de (1b') citacionalmente e não proposicionalmente.

\* \* \*

O 'status' ontológico de 'proposição' tem sido assunto de polêmica ao longo da história desde os gregos e divide os filósofos de hoje em dois campos opostos - os nominalistas e os realistas (platonistas). Não pretendo entrar nos méritos desta controvérsia filosófica (tarefa para a qual não me julgo preparado). Não obstante, acho interessante procurar entender qual o conceito de 'proposição' que subjaz, de modo geral, ao emprego do termo na linguística e nas áreas conexas.

É notável que Chomsky (1965) estava se aliando à tese realista<sup>2</sup> quando propôs uma distinção entre o sujeito lógico e o sujeito linguístico, responsáveis, respectivamente, por aquilo que há e não há de comum, por exemplo, entre uma sentença em voz ativa e a forma passiva correspondente. Isso porque, por trás da distinção está a idéia de que as formas superficiais das duas sentenças não refletem o conteúdo comum que é justamente a entidade suscetível de considerações veritativas. É notável também que, quando a teoria chomskiana passou a considerar passivização como uma transformação obrigatória, postulando diferentes estruturas profundas para a forma ativa e a forma passiva, Harman (1970) voltou a defender a tese da sinonímia absoluta, postulando estruturas profundas idênticas às formas lógicas, concebidas não mais em termos de sujeito e predicado, mas em termos de predicado e um ou mais argumentos. Como se pode verificar nas citações a seguir, McCawley (1971) também demonstrou uma clara preocupação de identificar um nível de representação semântica onde estariam representadas as relações lógicas.

I will in fact argue that symbolic logic, subject to certain modifications, provides an appropriate system for semantic representation within the framework of transformational grammar. I thus hold that the muchcriticized title, The Laws of Thought, which George Boole gave to the first work on symbolic logic, is actually much more appropriate than has generally been thought the case (McCawley, 1971: 219)

[ Fica assim patente que é necessário introduzir ] some changes in the base component of a grammar: a distinction between 'Sentence' and 'Proposition' must now be drawn; a Proposition is now a 'Contentive' plus a sequence of indices rather than a 'Contentive' plus a sequence of 'Noun Phrases' (McCawley, 1971: 227)

Nessa última, o que McCawley estava propondo é que a proposição deve ser encarada como algo livre de alguns dos atributos acidentais, tais como a ordem linear dos sintagmas nominais, fatores estes que necessariamente entram em jogo se a proposição for concebida em termos concretos.

A proposição como algo abstrato precisaria, assim, ser distinguida da expressão lingüística. A segunda, como observa Wittgenstein (1921), pode ser comparada à projeção em geometria. Uma figura geométrica pode ser projetada de diversas maneiras. Porém, a 'propriedade projetional' (projective property) da figura permanece a mesma, seja qual for o método da projeção adotada numa determinada ocasião. Para Wittgenstein, são estas propriedades que constituem a essência da proposição. Significa isso que duas expressões lingüísticas, enquanto expressões lingüísticas, não são intercambiáveis, mesmo que elas estejam exprimindo a mesma proposição.

Voltando aos exemplos (4) e (3b),

- (4) Eu não trabalho na mesma sala que o Paulo. O Paulo é que trabalha na mesma sala que eu.
- (3b) ? O Paulo não trabalha na mesma sala que eu. O Paulo é que trabalha na mesma sala que eu.

poderemos dizer que a substituição que Ilari faz de (4) por (3b) teria validade apenas se 'Eu não trabalho na mesma sala que o Paulo' e 'O Paulo não trabalha na mesma sala que eu' fossem envolvidas como duas expressões que exprimissem uma mesma proposição e não como duas expressões lingüísticas que são duas maneiras - não equivalentes enquanto tais - de expressar uma proposição. Acontece que no contexto dialógico de (1), o que está em jogo são as expressões lingüísticas e não a proposição que ambas exprimem, porque o ato ilocucionário de denegação, como já vimos, é um ato metalingüístico e menciona (isto é, não usa) a proposição contida no ato anterior. Em outros contextos, as duas formas podem ser perfeitamente intercambiáveis, como se pode verificar em (14).

- (14) A : Você conhece bem o Paulo?  
B : Sim. Eu trabalho na mesma sala que ele/ Ele trabalha na mesma sala que eu.

\* \* \*



Resta, ainda, discutir por que e como duas expressões lingüísticas  $L_1$  e  $L_2$  diferem entre si, mesmo quando elas estejam exprimindo uma mesma proposição  $p$ ? Ou, no caso específico de (1), por que e como dizer 'Você trabalha na mesma sala que o Paulo' difere de dizer 'O Paulo trabalha na mesma sala que eu' - sendo que os dois enunciados compartilham o mesmo conteúdo proposicional que diz respeito a dois indivíduos estarem trabalhando numa mesma sala?

Persistindo na analogia wittgensteiniana, poderos dizer que, do ponto de vista do ouvinte (destinatário), todo enunciado funciona como se fosse uma instrução fornecida pelo falante a fim de que ele, o ouvinte, possa projetar o pensamento (a proposição) do falante. Visto desta maneira, o que importa não é - exclusivamente - o resultado final da execução da instrução, mas também o modo da projeção em si que a instrução obriga o ouvinte a executar.

Cruamente falante, a instrução (15) conduz o ouvinte a imaginar, primeiro, a sala em que Paulo trabalha (ou, Paulo trabalhando numa sala) e imaginar, em seguida, Dr. C.S. entrando em cena, para chegar ao resultado final que é a imagem dos dois trabalhando no mesmo local.

(15) O Dr. C.S. trabalha na mesma sala que o Paulo

(16) O Paulo trabalha na mesma sala que o Dr. C.S.

No caso de (16), a situação é bem diferente: o ouvinte é primeiro convidado a imaginar Dr. C.S. trabalhando numa determinada sala e, em seguida, Paulo entrando em cena. Evidentemente, o resultado - o estado final - permanece o mesmo. Mas nem por isso as duas instruções deixam de ser diferentes

O leitor poderia, a esta altura, começar a desconfiar e perguntar: Por que é que a instrução (15) não pode ser vista como envolvendo as etapas de (a) imaginar Dr. C.S. trabalhando em algum lugar e (b) em seguida, fazer com que este 'algum lugar' se torne a sala em que trabalha Paulo. A pergunta é perfeitamente válida, mas mostrarei a seguir que há certas considerações que favorecem o primeiro procedimento (É preciso acrescentar que mesmo que não fosse o caso, isso não invalidaria a base da distinção entre os enunciados (15) e (16)).

Para entender melhor a situação, analisaremos (15) e (16) como apresentando retratos compostos de figuras e fundos.

(15´) Dr. C.S. trabalha em algum lugar

(15´´) Alguém trabalha na mesma sala em que Paulo trabalha

(16´) Paulo trabalha em algum lugar

(16´´) Alguém trabalha na mesma sala em que Dr. C.S. trabalha

A diferença entre (15) e (16) seria a de que os dois enunciados nos conduzem a construir diferentes 'retratos mentais' compostos de diferentes figuras e fundos diferentes. Quanto às duas alternativas de ordenar as etapas em (15) (e também em (16)), são

elas apenas provenientes de um fator inerente ao ato de percepção de que não se pode focalizar sobre a figura e o fundo ao mesmo tempo.

É interessante notar que embora (15) possa parecer, num primeiro momento, 'neutro' aos procedimentos (15') → (15'') e (15'') → (15'), têm-se formas de pergunta que impõem uma escolha definitiva entre eles. Assim, (17c) terá como procedimentos (15') → (15'') se interpretado como resposta a (17a); ao passo que se interpretado como resposta a (17b), terá como procedimento (15'') → (15'). (O mesmo pode ser verificado em (18) também)<sup>3</sup>

- (17) A : Onde trabalha o Dr. C.S? (a)  
           Quem trabalha na mesma sala que o Paulo? (b)  
       B : O Dr. C.S. trabalha na mesma sala que o Paulo (c)
- (18) A : Onde trabalha o Paulo? (a)  
           Quem trabalha na mesma sala que o Dr. C.S.? (b)  
       B : O Paulo trabalha na mesma sala que o Dr. C.S. (c)

A diferença entre as duas perguntas (17a) e (17b) e também entre os dois procedimentos manifesta-se ainda mais nitidamente quando os dois enunciados forem traduzidos para linguagem simbólica. (17c) pode ser simbolizado como (19)

$$(19) (\exists x) (Tcx \ \& \ ((\forall y) ((Tcy \ \& \ Tpy) \rightarrow (x = y))))$$

onde, T = trabalhar em; c = Dr. C.S.; p = Paulo;  
 x, y = variáveis para salas

As duas perguntas (17a) e (17b) podem ser simbolizadas, respectivamente, como (20) e (21)

$$(20) (?x) (\exists x) (Tcx \ \& \ ((\forall y) ((Tcy \ \& \ Tpy) \rightarrow (x = y))))$$

$$(21) (?c) (\exists x) (Tcx \ \& \ ((\forall y) ((Tcy \ \& \ Tpy) \rightarrow (x = y))))$$

O método adotado é o de, primeiro, tornar incompleta a fórmula (19) através do uso de circunflexo e em seguida submeter a fórmula incompleta à regência de um operador de interrogação (cf. Reichenbach, 1947: 340). Tanto (20) como (21) podem ser entendidas no sentido de um pedido a fim de que o ouvinte dê como resposta (19). Ou seja, para responder tanto a (20) como a (21), tudo que o ouvinte precisa fazer é preencher os vãos indicados pelos circunflexos. Embora os resultados sejam idênticos, os procedimentos são diferentes no sentido de que são diferentes os vãos que o ouvinte é convidado a preencher (o que não é o caso no exemplo (14) porque, no contexto em questão, o que importa é apenas o resultado).

É importante notar que, embora a figura e o fundo sejam igualmente importantes (na verdade, complementares) num quadro, e embora, também, tanto o primeiro como o segundo possa ser recuperado a partir do outro, o procedimento mais favorecido é quase sempre o de encarar a figura como sendo superposta ao fundo e não o do fundo como sendo subposto à figura. Cabe aqui citar a seguinte observação de Givón (1979: 140):

Our system of communication is thus founded on the very same principle which underlies our perception and construction of our universe, namely that continuity, inertia, no-change, familiarity, is the background which need not be reported, which can be ignored. On that background, properties and events stand out; they constitute a change in the inertia, information.

Dai, a razão por que é mais natural que (15) seja compreendido com a entrada de Dr. C.S. como figura, superposta à cena da sala já ocupada por Paulo, o fundo. Em outras palavras, é mais natural encarar a entrada de Dr. C.S. como movimento/ação/mudança e Paulo ocupando a sala como familiaridade/continuidade/inércia.

Mas essa última nos leva a um impasse: como explicar, então, o fato de (17a) ser uma pergunta tão natural quanto (17b), se (17a) nos obriga a fazer um retrato mental em que o fundo é (re)construído a partir da figura e não ao contrário?

A solução para esse impasse está no fato de que enunciados como (15) e (16) comportam uma segunda interpretação na qual o sujeito, ao invés de ser considerado dinâmico e responsável pela mudança no estado de inércia (e, portanto, a figura) é considerado como estático. Não se trata, contudo, de uma inversão da relação figura-fundo, ou seja, a estaticidade do sujeito nessa segunda interpretação não o torna o fundo e, por exclusão, o predicado a figura. A própria união, o próprio acoplamento do sujeito e o predicado torna-se a figura, projetada contra um fundo em que simplesmente não havia nenhuma relação entre o sujeito e o predicado.

(15), por exemplo, terá como as duas interpretações, (22) e (23), dependendo do modo em que o papel do sujeito é visto.

- (22) Dr. C.S. fez com que ele e Paulo se tornassem dois indivíduos que trabalham na mesma sala (interpretação dinâmica)
- (23) Passou a vigorar que Dr. C.S. e Paulo se encontram trabalhando na mesma sala (interpretação estática)

A dupla interpretação (em potencial) de (15) parece estar diretamente ligada à tese de Kac (1972) de que há uma distinção fundamental entre duas maneiras de interpretar predicados - como destacando ações e como destacando resultado de ações. A tese de Kac está vinculada à controvérsia sobre inserção lexical que teve muita repercussão na escola Gerativo-Transformacional por volta de 1970. Os lingüís-

tas simpatizantes da charada Semântica Gerativa tinham proposto uma análise em que a ambigüidade de (24) era atribuída a diferenças de escopo de 'almost/quase' na representação pre-lexical (sendo 25 a, b e c, as três paráfrases que correspondem, segundo McCawley (1968), às três leituras de (24) ).

(24) John almost killed Fred / John quase matou Fred

- (25) a. John almost did something that would have killed Fred / John quase fez algo que teria matado Fred  
b. John did something that came close to causing Fred to die / John fez algo que chegou perto de causar com que Fred morresse  
c. John did something that brought Fred close to death / John fez algo que levou Fred perto da morte.

Mostrando, primeiro, que a diferença entre (25b) e (25c) é mais aparente que real, Kac argumenta que, no fundo, o que distingue (25a) de (25b e c) é o fato de, em (25b e c) John ter feito algo, ao contrário de (25a), de acordo com o qual, ele nem chegou a fazer aquilo que poderia ter resultado na morte de Fred. Para Kac, esta ambigüidade não é devida a diferentes escopos de 'almost/quase'; ela resulta de uma ambigüidade inerente aos predicados em geral - no caso, o verbo 'kill / matar'. Em (24), 'almost / quase' apenas ressalta a ambigüidade, ambigüidade essa que também está presente em (26), embora tenda a ficar despercebida.

(26) John killed Fred / John matou Fred

O fato de (27) ser, novamente, ambígua (o que me surpreendeu poderia ser (a) que John teria feito o que ele fez ou (b) que Fred sucumbiu em consequência da ação de John) comprova claramente, segundo Kac, que 'almost / quase' não tem nada a ver com a ambigüidade de (24).

(27) It surprised me that John killed Fred / Supreendeu-me que John tenha matado Fred

\* \* \*

Voltemos ao caso de (1).

- (1) A : Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo (1a)  
B : Não (1b). O Paulo é que trabalha na mesma sala que eu (1c)

Como já vimos, caracterizar (1b) como expoente de um ato de denegação implica interpretar o "não" como

(1b') Não se pode dizer 'Você (=eu) trabalha(=o) na mesma sala que o Paulo'

Tendo denegado a asserção de A, B poderia ter continuado dizendo (1d) ao invés de (1c).

(1d) Eu trabalho na mesma sala que o Pedro / É na mesma sala que o Pedro que eu trabalho

É importante notar que (1d) "corrige", por assim dizer, a própria proposição contida em (1a). Ao passo que a correção proposta em (1c) não tange ao conteúdo proposicional de (1a). O que é mais interessante ainda é que, no contexto dialógico de (1), B poderia ter oferecido os dois tipos de correção em seguida, como comprova a aceitabilidade da sequência (1d)-(1e) em (28)

(28) A : Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo (1a)  
B : Não (1b). É na mesma sala que o PEDRO que eu trabalho (1d). Ou melhor, o Pedro é que trabalha na mesma sala que eu (1e).

Pode parecer, à primeira vista, que a interpretação dinâmica (22) atribui a (1a) um conteúdo proposicional diferente da proposição contida no enunciado (1c). O mais forte argumento a favor disso seria o seguinte caso notado por Ilari:

(29) Bernardo e Bianca desquitaram-se  
(30) Bianca desquitou-se de Bernardo  
(31) Bernardo desquitou-se de Bianca

Para Ilari, a "falhada sinonímia" de (30) e (31) é o que possibilita o diálogo em (32).

(32) A : Soube que o Bernardo se desquitou da Bianca  
B : Não, foi a Bianca que se desquitou do Bernardo

Mais ainda, segundo Ilari, o que torna (30) e (31) duas proposições diferentes é o fato de 'desquitar-se de' ter como descrição semântica (33)

(33) X causa ( PASSA A VIGORAR QUE (NEG (X vive maritalmente com Y) ) )

A análise (33) é bastante curiosa na medida em que ela estipula que a assimetria (devida à atribuição da iniciativa a X) faz parte do predicado 'desquitar-se de'. Isso colocaria em cheque a tese de Kac de que todos os predicados seriam suscetíveis de ambigüidade quanto à dicotomia ação / resultado. Para se ver se a tese de Kac ainda pode ser mantida, basta verificar se os enunciados (29), (30) e (31) também comportam

interpretação nas quais o enfoque recai sobre o resultado final e não o processo de desquite propriamente dito.

Em primeiro lugar, note-se que o adjetivo 'desquitado' tem a propriedade de ressaltar o estado final do processo de desquite.

- (34) Bernardo e Bianca estão desquitados
- (35) Bianca está desquitada (de Bernardo)
- (36) Bernardo está desquitado (de Bianca)

Isso torna as seqüências (37), (38) e (39) perfeitamente aceitáveis, porque 'estar disponível' é uma das conseqüências do estado resultante de desquite e não do desquite enquanto processo (como se pode verificar em (40) - (42)).

- (37) Bernardo e Bianca estão desquitados. Portanto, ambos estão disponíveis
- (38) Bernardo está desquitado (de Bianca). Portanto, ele está disponível
- (39) Bianca está desquitada (de Bernardo). Portanto, ela está disponível
- (40) ? Bernardo e Bianca estão se desquitando. Portanto, ambos estão disponíveis
- (41) ? Bernardo está se desquitando (de Bianca). Portanto, ele está disponível
- (42) ? Bianca está se desquitando (de Bernardo). Portanto, ela está disponível

Porém, ao contrário do que se possa esperar com base nos exemplos (37) - (42), (43) parece ser uma seqüência perfeitamente aceitável, o que comprova que há uma interpretação de (29) na qual o enfoque recai sobre o resultado do desquite e não do processo.

- (43) Bernardo e Bianca desquitaram-se (a). Portanto, ambos estão disponíveis (b)

É importante frisar que, apesar da aparência imediata de (43b), (43) é uma inferência silogística, sendo (43c) a segunda premissa que se interpõe entre (43a) e (43b) (o mesmo acontece em todos os casos (37) - (42))

- (43c) Quem está desquitado está disponível
- Isto quer dizer que (29) tem como possível interpretação (34)
- (29) Bernardo e Bianca desquitaram-se
  - (34) Bernardo e Bianca estão desquitados

como demonstram a aceitabilidade de (44) e a inaceitabilidade de (45)

- (44) Bernardo e Bianca desquitaram-se (= Bernardo e Bianca estão desquitados) Quem está desquitado está disponível. Portanto, ambos estão disponíveis
- (45) ? Bernardo e Bianca estão se desquitando ( $\neq$  Bernardo e Bianca estão desquitados). Quem está desquitado, está disponível. Portanto, ambos estão disponíveis

A prova mais convincente ainda em favor da possibilidade da interpretação estática (isto é, com enfoque no resultado) é o seguinte exemplo.

(46) Bianca desquitou-se de Bernardo. Portanto, ele está disponível

Pelo mesmo procedimento da elaboração que adotamos acima, o silogismo em (46) contém os seguintes passos:

(47) Bianca desquitou-se de Bernardo (= Bianca está desquitada de Bernardo (= Bernardo está desquitado de Bianca) ). Quem está desquitado, está disponível. Portanto, ele (Bernardo) está disponível

Chafe (1971) discute alguns casos bastante parecidos com (29) - (31). São eles,

(48) The bus and the truck collided / O ônibus e o caminhão colidiram

(49) The bus collided with the truck / O ônibus colidiu com o caminhão

(50) The truck collided with the bus / O caminhão colidiu com o ônibus

Segundo Chafe, (48) descreve um acontecimento simétrico, ao passo que (49) e (50) descrevem acontecimentos assimétricos. Porém, no decorrer do seu trabalho, Chafe explica a diferença nos seguintes termos: em (48) entende-se que tanto o ônibus como o caminhão estavam se movendo antes da colisão, enquanto (49) e (50) não dizem nada a respeito, respectivamente, do caminhão e do ônibus - eles poderiam ou não estar se movendo (Chafe, 1971: 14).

Parece-me que esta explicação se estende aos exemplos de Ilari. Para Ilari, (29) é "menos informativa" que (30) e (31). Pela explicação de Chafe, porém, o que distingue (30) e (31) de (29) é o fato de que nada dizem a respeito da iniciativa por parte de um dos esposos - ou seja, para Chafe, (29) seria "mais informativa" que (30) e (31).

A mesma situação se repete em (51), (52) e (53).

(51) Bernardo e Bianca se casaram

(52) Bernardo casou-se com Bianca

(53) Bianca casou-se com Bernardo

Pode ser que para muitas pessoas não exista nenhuma diferença entre (52) e (53) (cf. Fodor, 1970: 438). Porém, há quem veja uma diferença no sentido da iniciativa (cf. Bar-Hillel, 1970: 407)

De qualquer maneira, a explicação de Chafe, como também de Ilari, deixa claro que se trata, em todos esses casos, de falta de especificação. Em todos esses casos, a aparência da assimetria é proveniente da interpretação dinâmica, sendo que

há também sempre a possibilidade de uma leitura estática que faz desaparecer tal assimetria.

\* \* \*

Numa segunda parte de seu trabalho, Ilari examina as chamadas 'orações equacionais', cuja marca característica é a presença do verbo 'ser' ladeado por dois SNs, que podem ser revertidos quanto a sua ordem, sem afetar o valor veritativo. São casos como (54) e (55)

- (54) A cara são essas poucas palhas
- (55) Essas poucas palhas são a cara

Para Ilari, a aparência de simetria entre (54) e (55) é apenas ilusória. A fim de provar que (54) e (55) escondem uma assimetria, Ilari utiliza um argumento cuja validade, porém, me parece extremamente duvidosa. O argumento de Ilari consiste em (a) parafrasear (54) e (55) mediante os verbos 'consistir' e 'constituir', e (b) apontar que (56) - (59) trazem à luz a assimetria oculta em (54) e (55) (cf. "Parece legítimo... ... falar que as expressões que ladeiam 'consistir' etc. - e portanto as expressões que ladeiam 'ser'... ..." Ilari, 1983: 113; aqui, p. 61)

- (56) A cara consiste nessas poucas palhas
- (57) \* Essas poucas palhas consistem na cara
- (58) Essas poucas palhas constituem a cara
- (59) \* A cara constitui essas poucas palhas

Vejamos, primeiro, a forma desse argumento que pode ser analisado como composto das seguintes etapas: (a) Existe uma paráfrase B para A, (b) B evidencia claramente uma determinada propriedade C, (c) Portanto, A também possui a mesma propriedade C, mesmo que isto não seja tão evidente. Ora, o que a situação acima comprova é que a suposta paráfrase B não é totalmente idêntica a A em todas as situações (Curiosamente, o próprio argumento de Ilari se apóia sobre a idéia de que 'ser paráfrase de' é um predicado simétrico).

Para demonstrar a inviabilidade do argumento de Ilari, veremos o seguinte argumento construído nos mesmos moldes, ou seja, seguindo as mesmas etapas (a), (b) e (c).

- (60) I ate a mango
- (61) Eu comi uma manga
- (62) I ate a sleeve

(60) e (61) são paráfrases entre si, assim como (61) e (62) - Não vejo por que restringir a noção da paráfrase às situações intra-linguais.



## Argumento

- (a) Existe a paráfrase (61) para (60)
- (b) (61) manifesta claramente uma certa propriedade, a saber, a ambiguidade lexical de 'manga', sendo (60) e (62) a evidência
- (c) Portanto, (60) também possui a mesma propriedade, ou seja, (60) é ambígua

O que saiu de errado no argumento acima? No meu entender, a forma do argumento apenas levanta sérias questões acerca da noção de 'paráfrase', que, na melhor das hipóteses, pode ser considerada apenas como uma aproximação de sentido e, mesmo assim, relativa a um conjunto de fatores de ordem teórica ou prática.

A seguir, gostaria de oferecer uma explicação para os fatos notados por Ilari. Parece-me que todos esses fatos têm uma explicação bem mais simples dentro da lógica de classes. Tomaremos como ponto de partida a própria observação valiosa de Ilari de que o sujeito de 'ser' constitui 'fragmento' e o predicado a 'globalidade'. Na teoria dos conjuntos, a expressão 'um fragmento da globalidade' se traduz a 'um sub-conjunto de um conjunto maior'. Note-se, porém, que essa situação é assimétrica, como comprovam (63) e (64).

- (63) John é americano
- (64) \*Americano é John

Agora, existem diversos recursos através dos quais o conjunto determinado pelo predicado pode ser restringido de tal maneira que este fique co-extensivo ao conjunto determinado pelo sujeito (cf. Lyons, 1968; 1977: 472). Note-se que quando os dois conjuntos são co-extensivos, tem-se perfeita simetria.

- (65) John é o americano que leciona lingüística na PUC-SP
- (66) O americano que leciona lingüística na PUC-SP é John

Ao contrário de 'ser' que relaciona conjuntos, 'consistir' e 'constituir' relacionam conjuntos e elementos. 'Consistir' denomina uma relação um-muitos, ao passo que 'constituir' denomina uma relação muitos-um. Isso explica a assimetria de (56) - (59).

É importante frisar que embora 'consistir' e 'constituir' denominem duas operações conversas, o valor veritativo das operações é o mesmo. Mesmo assim, as duas operações significar dois procedimentos diferentes e têm, por assim dizer, dois 'pontos de partida'. Gray (1975:b), ao examinar o mesmo fenômeno notado por Ilari, diz:

'Consist of' and 'constitute' are equal signs but just one-way equal signs

e acrescenta o seguinte

... .. mathematics is merely an analogy when applied to grammar and we must be very careful about pushing these analogies farther than the subject will permit.

Duas pessoas podem concordar sobre o resultado final de duas operações e, ao mesmo tempo, discordar sobre o ponto de partida. Assim, em (67)

- (67) A : Soube que você é o pai de Paulo (a)  
B : Não, o Paulo é que é meu filho (b)

o que B está contestando não é o valor veritativo da relação (no caso, parentesco), mas o ponto de partida, a partir do qual tal relação foi definida. Em (67a) a relação está definida a partir de Paulo, ou seja, de filho para pai, ao passo que em (67b), a mesma relação está definida a partir de 'eu', ou seja, de pai para filho.

No parágrafo acima, usei a palavra 'relação' no sentido de 'um estado ou o resultado de uma operação'. Contudo, há um outro emprego da palavra 'relação' no qual ela denomina não o resultado final, mas a própria ordem de relacionar as entidades envolvidas. Ou seja, se por um lado pode-se dizer que a mesma relação se obtém de-pai-para-filho e de-filho-para-pai, por outro lado, também pode-se dizer que 'ser o pai de' e 'ser filho de' são duas relações diferentes<sup>4</sup>. Isso apenas quer dizer que o próprio conceito de relação pode ser concebida de duas maneiras diferentes que, em última análise, remete à distinção estática / dinâmica.

Vejaros, agora, se o enunciado (67a) comportaria uma interpretação estática. Se isso fosse possível, B deveria poder concordar com A no que diz respeito à relação estática e, ao mesmo tempo, "corrigir" o modo em que A definiu tal relação. Ora, é exatamente isso que acontece em (67c).

- (67) A : Soube que você é o pai de Paulo (a)  
B : Sim, o Paulo é meu filho (c)

A diferença entre (67b) e (67c) pode ser resumida da seguinte maneira. Em (67b), B contesta o enunciado de A metalinguisticamente e, em contrapartida, oferece, digamos, sua 'versão' da mesma verdade. Ao passo que em (67c), B concorda com o conteúdo proposicional de (67a), porém acha importante deixar claro que ele, B, vê a verdade de uma perspectiva diferente.

Isso nos leva de volta, mais uma vez, ao diálogo em (1). Como em (67), neste caso também, B sempre teve a opção de responder 'sim' ao conteúdo proposicional de (1a) e, em seguida, 'recolocar a mesma verdade em novos termos'.

- (1) A : Soube que você trabalha na mesma sala que o Paulo (1a)  
B : Sim (1f). Ele trabalha na mesma sala que eu (1g)

A melhor prova de que (1g) constitui uma correção ao nível metalinguístico é o fato

de o enunciado poder ser substituído por

(1g') Erbora, eu diria que 'O Paulo trabalha na mesma sala que eu'

Note-se que B não teria a mesma opção após (1b). Isso por que (1b) já traz a conversa ao nível metalinguístico, o que não justificaria o uso de 'erbora'.

\* \* \*

É hora de fazermos um apanhado geral sobre a discussão até agora e as implicações da mesma para uma teoria global da linguagem. Na medida em que a explicação oferecida para o enigma contido em casos como (1) se resume a uma solução dentro dos moldes da teoria de Gestalt e se baseia na distinção entre a interpretação dinâmica e a interpretação estática, poder-se-ia dizer que o problema em si foi transferido para o domínio do uso da linguagem, ou seja, do desempenho em oposição à competência. É preciso, portanto, ressaltar que a preocupação central deste trabalho tem sido a de pleitear que tais fenômenos constituem o próprio fenômeno chamado a linguagem. Entretanto, é bom lembrar também que a concepção de linguagem como ação não se opõe, num duelo decisivo à concepção de linguagem como representação. A própria distinção ação / representação é uma decorrência da distinção dinamicidade / estaticidade. A concepção dinâmica e a concepção estática são, por sua vez, oriundas de duas perspectivas diferentes. Pode-se-ia dizer que a primeira nos leva a uma abordagem pragmática (termo este, levado ao pé da letra, praxis = ação) e a segunda sustenta a abordagem semiótica. Em trabalhos anteriores, tenho defendido uma postura bastante parecida (cf. Rajagopalan, 1983; 1984a). Recentemente porém, as minhas reflexões têm me conduzido a uma postura bem mais radical, bem mais audaciosa, que esboçarei brevemente no final deste trabalho.

O leitor deve ter observado que alguns dos conceitos importantes que utilizei neste trabalho têm seus reflexos no próprio trabalho de Ilari. O conceito de 'proeminência' que Ilari considera é um deles. Foi o mesmo conceito que procurei captar por meio da dicotomia figura/fundo. O que não permitiu Ilari de enxergar a origem pragmática da 'proeminência' foi a sua postura preteórica de que a solução, se ela existir, deva ser encontrada no domínio da semiótica, postura essa que se faz aparecer na parte final do seu trabalho quando ele diz: "... os fatos que aponteí têm uma natureza evidentemente sistemática, semiótica, e nosso problema é de formular a relação entre os empregos mais correntes de certas palavras ou construções - para os quais disponos de uma descrição satisfatória - e certos empregos menos usuais" (Ilari, 1983: 118; aqui, p. 64).

Assim, no meu entender, não há nada sobre a sentença (nem a proposição nela contida) 'Chomsky adota a mesma teoria que eu' que vai nos dizer que uma enunciação da mesma, seria vista como um ato de ousadia, a não ser que o enunciador fosse do porte de um Zellig Harris. Em outras palavras, a questão só pode ser decidida, le-

vando em consideração fatores como quem enuncia, com quem e sobre quem.

Quanto a 'saída pragmática', Ilari faz duas tentativas: a primeira, uma explicação griceana e, a segunda, uma explicação dentro da chamada 'semântica argumentativa'. No que segue, gostaria de comentá-las uma por uma.

A procura de uma solução griceana por parte de Ilari sofre da mesma falha na identificação do problema, falha esta que acaba viciando o restante da análise e, no fim, impossibilita a solução desejada. Nas próprias palavras de Ilari,

De fato, o diálogo (1) realiza a principal condição para a formação de implicaturas conversacionais, a saber, a irrelevância do sentido literal (Ilari 1983:102; aqui, p. 54)

Ora, desde o início, Ilari está tomando como dada a idéia de que a aparência de conflito entre os enunciados em (1) tem a ver com a interpretação literal. Isto é, se o diálogo soa estranho, a estranheza deve ser atribuída ao fato de duas sentenças que tenham o mesmo sentido literal serem colocadas numa situação dialógica de conflito. Ocorre, porém, que a própria noção de literalidade de que Ilari se apropria encontra-se identificada à noção de proposição. Por outro lado, para poder trabalhar com implicaturas conversacionais, Ilari precisa de uma outra noção de literalidade que esteja ligada à expressão linguística que concretize a proposição e não a proposição em si. Como eu vejo o problema, a estranheza no caso de (1) - que, aliás, pede uma explicação motivada - se deve a nossa tendência de interpretar o diálogo estaticamente, interpretação essa que tem sido privilegiada (por razões históricas, sobre as quais farei algumas especulações adiante) como sentido literal. Em suma, a minha relutância quanto a uma possível solução griceana - tal como o próprio Grice inicialmente a elaborou em Grice 1975 - parte de uma certa dificuldade em aceitar o conceito de sentido literal como um primitivo.

Todavia, há como contornar o problema apontado acima. Tem havido, neste sentido, algumas tentativas que efetivamente evitam que a explicação griceana fique tenuamente pendente de uma noção de sentido literal (Gazdar, 1979; Atlas e Levinson, 1981). Trata-se de um esforço a fim de demonstrar que as implicaturas conversacionais são despertadas, não pelo sentido literal (o qual faz parte do 'dito' na versão original de Grice 1975), mas, sim da forma lógica. Duas sentenças que são logicamente equivalentes podem perfeitamente ter diferentes formas lógicas (cf. Atlas e Levinson, 1981: 9). Ora, modificada desta maneira, a teoria griceana provavelmente será capaz de explicar por que, apesar de serem logicamente equivalentes, (1a) e (1b) geram implicaturas diferentes.<sup>5</sup>

Devo acrescentar também que, no meu entender, um dos argumentos com base no qual Ilari descarta a possibilidade de encontrar uma solução griceana constitui, contrariamente à sua conclusão, um excelente argumento a favor da explicação dentro dos moldes da teoria de Grice. Ilari observa que (68) é pouco provável em comparação a (69).

- (68) A : A Vênus de Milo tem as mesmas medidas que Miss Bahia '77  
B : Não, Miss Bahia '77 é que tem as mesmas medidas que a Vênus de Milo

- (69) A : Miss Bahia '77 tem as mesmas medidas que a Vênus de Milo  
B : Não, a Vênus de Milo é que tem as mesmas medidas que a Miss Bahia '77

O que Ilari deixa de perceber é o fato de que esta 'probabilidade' terá que ser calculada com base no princípio - infundado, a meu ver - de que existem 'verdades' e 'fatos' absolutos que independem do nosso conhecimento, pensamentos e crenças (cf. Rajagopalan, 1984b) e, mais ainda, de que a ordem 'natural' de dois enunciados envolvidos numa situação dialógica de confronto estaria na sequência em que o enunciado que afirma 'a verdade absoluta', 'o fato absoluto', estivesse sendo usado no papel de réplica e não como o alvo da contestação. Ora, de imediato, a idéia da probabilidade teria de ser relativizada a tempo e espaço, diante do fato (relativo, é claro, ao nosso tempo) de que havia época em que a 'ordem natural' dos enunciados (70) e (71) era exatamente o contrário da que se obtém hoje:

- (70) A terra (é que) gira em torno do sol  
(71) O sol (é que) gira em torno da terra

Pior ainda, em casos como (72) e (73), não se pode arriscar nenhuma ordem natural, pois o que está em jogo é justamente a falta de um consenso sobre qual seria tal ordem natural, ou seja, estaríamos lidando com crenças e atitudes dos falantes e não com fatos empíricos (cf. Hutchinson, 1985: 125)

- (72) O Corinthians (é que) é tão querido quanto o Flamengo  
(73) O Flamengo (é que) é tão querido quanto o Corinthians

Diante de casos como este, um conceito puramente semântico (isto é, ao nível estritamente proposicional, dissociado dos fatores pertencentes ao contexto de enunciação) da 'ordem natural' tornar-se-ia insustentável. Contudo, as intuições de Ilari quanto a 'precedente ilustre' e 'precedência cronológica' (ou melhor, o conhecimento sobre a mesma) etc, podem ser aproveitadas numa abordagem pragmática dos casos como (68) e (69). Em (68), B estaria 'corrigindo' o enunciado de A, com base no princípio (o único que vale, no modo de pensar de B) de que a comparação deve obdecer a ordem cronológica. Em (69), porém, B estaria dizendo que tal regra da ordem cronológica faz injustiça a Miss Bahia '77, porque, do ponto de vista dele, a Miss Bahia '77 supera até a Vênus de Milo como imagem da perfeição da beleza feminina.

Quanto a uma possível explicação dentro do arcabouço teórico da 'semântica argumentativa', procurarei mostrar a seguir que o que dificulta uma saída são alguns dos princípios que a teoria abriga. Mais especificamente, tentarei mostrar que a dificuldade que Ilari encontra se deve a (a) o conceito de 'pressuposição' que a

teoria incorpora e (b) a tese de que fatores semânticos e pragmáticos constituem um só componente indissolúvel (a tese da 'pragmática integrada').

Tomemos como ponto de partida a própria análise de Ilari. Num certo momento no decorrer de seu artigo, Ilari chama atenção para o fato de que "a correção contida em [1c] se exprime por meio da locução 'é que'". Com base na tese, amplamente defendida na lingüística, de que 'é que' separa na interpretação da oração dois níveis de informação, Ilari analisa (1c) como

- (74) Pressupostas : Alguém trabalha na mesma sala que Dr. C.S.  
Postas : esse alguém é o Paulo

Na medida em que o locutor B, ao enunciar (1c), está se posicionando contra A, parece legítimo dizer que, ao enunciar (1a), o locutor A estava, na interpretação de B, dividindo o conteúdo informativo de (1a) como em

- (75) Pressupostas : alguém trabalha na mesma sala que o Paulo  
Postas : esse alguém é o Dr. C.S.

(O fato de (1a) não conter 'é que' não invalida esta inferência, pois, a locução não é necessária, é apenas suficiente, para se ter a separação).

Agora, uma das observações mais brilhantes da tese da argumentação é a de que num contexto de confronto como o de (1), o alvo da refutação inclui até as pressuposições, que, em situações normais, constituem o 'quadro jurídico' dentro do qual ocorre toda a interação lingüística. Como diz Vogt (1977: 230),

Diferentemente de negação descritiva, a negação polêmica consiste num ato de linguagem específico no qual um ato de enunciação anterior é refutado. É neste sentido que tal negação é capaz de refutar os pressupostos de enunciados anteriores e não tem nenhuma efeito de inversão das escalas argumentativas, como acontece com a negação descritiva.

Entretanto, não há como explicar a participação de B em (1) como tendo a meta de 'derrubar' a pressuposição do enunciado (1a) - simplesmente porque a verdade de 'alguém trabalha na mesma sala que o Dr. C.S.' não exclui a verdade de 'alguém trabalha na mesma sala que o Paulo' (fato este que, com toda a razão, desestimula Ilari em sua procura de uma solução satisfatória dentro dessa linha de análise).

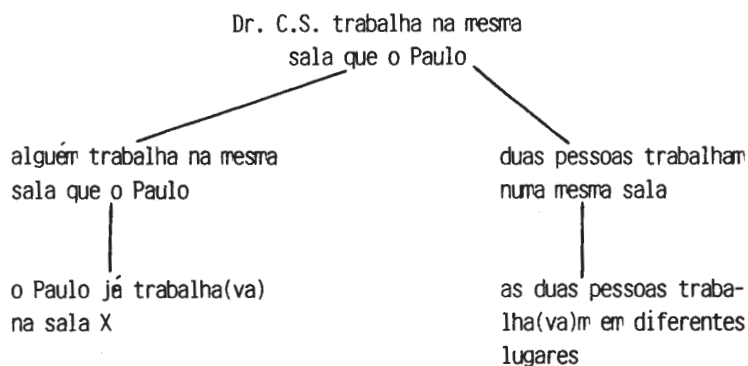
Se houvesse 'pressuposições de pressuposições', seria possível dizer que 'alguém trabalha na mesma sala que o Paulo' pressupõe, por sua vez, 'O Paulo já trabalha(va) sozinho na sala X'. Da mesma maneira, 'alguém trabalha na mesma sala que o Dr. C.S.' teria como pressuposição 'Dr. C.S. já trabalha(va) sozinho na sala X'. Evidentemente, as duas pressuposições constituiriam proposições incompatíveis (isto é, a coordenação das duas resultaria numa proposição contraditória), o que explicaria

o 'confronto' em (1).

Porém, a 'semântica argumentativa' não nos permite falar de 'pressuposições de pressuposições'. Isso porque a noção do pressuposto é, dentro dessa abordagem, definida sobre o enunciado (cf. Ducrot, 1977: 94), o que impossibilita qualquer tentativa de definir pressuposições recursivamente.

Os lógicos e semanticistas que defendem uma semântica livre do conceito de pressuposição (cf. Russell, 1905; Kempson, 1975, 1977; Wilson, 1975) têm uma nítida vantagem nessa situação. Ao contrário de pressuposições, os chamados 'acarretamentos' (entailments) podem ser definidos recursivamente, como, de fato, propõem Smith e Wilson (1979: 158 - 171). Segundo esses autores, os acarretamentos semânticos são ordenados hierarquicamente e são, portanto, relações transitivas. Assim, se A acarreta B e B acarreta C, então A acarreta C indiretamente.

Não se pode esquecer, porém, que 'Dr. C.S. trabalha na mesma sala que o Paulo' dá origem a duas seqüências de acarretamentos distintas, como se pode verificar no diagrama a seguir (a seqüência à esquerda é a mesma que acabamos de analisar).



A seqüência à direita pode parecer um pouco estranha, mas é tão possível quanto a da esquerda. Ademais, as duas seqüências são apenas conseqüências das interpretações dinâmica e estática.

O leitor já deve ter percebido que chegamos a este mesmo ponto em diversos momentos da nossa discussão. Num momento anterior, cheguei a levantar a hipótese de que a distinção estática/dinâmica corresponderia a distinção semântica/pragmática. Esta hipótese tem uma grande atração inicial. Tanto na lógica como na linguística, a semântica tem sido identificada como o estudo dos resultados de operações, e não das operações enquanto processos. Talvez essa tendência tem a ver com a crescente 'matematização' da semântica linguística. A lei de dupla negação da lógica matemática é um caso exemplar. As operações básicas de matemática como a de adição pertencem a essa categoria. Daí, a equivalência entre  $2+3$  e  $\sqrt{25}$ . (É interessante notar que Chafe, no trabalho citado anteriormente, chega a duvidar da validade deste

tipo de equivalência no estudo da língua natural.)<sup>6</sup>

Para complicar as coisas, há entre seranticistas uma forte tendência de identificar o nível de serântica como o de sentido literal (como se isso já fosse empiricamente disponível!). Desse modo, o não-literal torna-se produto de um 'desvio', que precisa ser computado a partir do que seria o sentido literal. As implicaturas conversacionais de Grice, os atos indiretos de Searle (cf. Rajagopalan, 1984d) partem dessa postura.

A serântica argumentativa é certamente um avanço neste sentido, pois procura libertar a teoria lingüística da 'tirania do sentido literal'. Porém, ela também peca no meio do caminho e acaba legitimando o mito do sentido literal, ao procurar situar a argumentatividade na "relação entre o Componente Argumentativo e o Componente Informativo [isto é, o polo em que se produz a apreciação subjetiva das diferenças e o polo em que, pela exclusão, cria-se a igualdade objetiva], isto é, no intervalo entre o conteúdo informacional de um enunciado e o seu valor argumentativo" (Vogt, 1977: 263).

Em última análise, criar oposições como forma-função, serântica-pragmática, componente informativo-componente argumentativo, ou até mesmo, interpretação dinâmica-interpretação estática, implica preparar o terreno para os paradoxos de Zenão sobre pluralidade e movimento. Na lingüística, a distinção saussureana sincrônico/diacrônico inaugurou a era da primazia a unidade estática, indivisível, e a conseqüente relegação do movimento, da continuidade, a um nível secundário de categoria derivada (Givón, 1979: 236). O resultado mais espantoso - o cúmulo - dessa postura teórica foi a tentativa dos fonólogos gerativistas de encapsular séculos e séculos da história num punhado de regras estáticas (Givón, 1982: 112).

Ao contrário dos lingüistas, os filósofos - pelo menos, alguns deles - têm demonstrado mais cautela quanto a esse perigo de cair nos paradoxos de Zenão. A evolução dos pensamentos de Austin, tal como ele se apresenta em suas doze palestras em Harvard em 1955 (Austin, 1962), reflete muito bem essa cautela do filósofo. A precipitação com que a sintaxe transformacional incorporou a parte conveniente da tese de Austin (cf. Ross, 1970; Lakoff, 1972; Sadock, 1975, entre outros) por um lado, e, por outro lado, a dificuldade de aceitar em sua íntegra a tese austiniana por parte de lingüistas como Benveniste (1976), Ducrot (1977), Kempson (1975, 1977) e Leech (1976), e lógicos como Cohen (1964) e Davidson (1967) demonstram, ao mesmo tempo, como é fácil, cair de novo na armadilha do racioncínio dicotômico.

O grande avanço que Austin provocou no pensamento filosófico sobre linguagem não é "a descoberta ... dos enunciados performativos" (Ducrot, 1972: 79), mas a descoberta de que não há enunciados não-performativos, ou seja, a tese de que a performatividade faz parte integral do enunciado (cf. Lavinson, 1983: 227). Infelizmente, porém, o cerne da tese austiniana tem sido negligenciado muitas vezes em discussões posteriores (Rajagopalan, 1984b, Grewendorf, 1984: 521). A noção do enunciado performativo que sobrevive a dicotomia inicial performativo/constativo não é a mesma que possibilitou a oposição, pois ela é resultado da dissolução da própria oposição.



Vejaros, agora, o que acontece com a tese austiniana nas mãos de Ducrot (1972):

Um enunciado é performativo se satisfizer ao mesmo tempo duas condições: 1. interpretado literalmente, descrever uma ação presente do locutor 2. sua enunciação ter, por função específica, realizar essa ação.

Num só passo, Ducrot acaba reintroduzindo as velhas distinções como literal-não-literal, forma-função, produto-processo, e assim por diante.

Pode ser que a dicotomia *semântica/pragmática* seja necessária em um primeiro momento, mas é preciso ultrapassá-la para que possamos caminhar para uma teoria global da linguagem. Talvez, o método mais indicado para essa meta seja o mesmo que Austin adotou para mostrar que os dois polos da aparente dicotomia *performativo/constativo* não eram opostos em si, pois um deles (e portanto o outro também) era apenas uma imagem miópica do que reflexão mais profunda o revela<sup>7</sup>. O mesmo raciocínio nos levaria, no meu entender, a uma *Pragmática* - com 'P' maiúsculo - que não esteja oposta a nada, pelo menos dentro da linguagem.

No início deste trabalho, disse que a minha proposta estaria dentro da corrente que se chama '*Pragmática Radical*' (Cole, 1981). A *pragmática radical* propõe que muitos dos problemas tradicionalmente abordados dentro do domínio da *semântica* são melhor analisados no domínio da *pragmática*. Acredito que o fim dessa linha será a realização de que o que há é a *Pragmática*, sendo a *pragmática*, a *semântica*, e a *sintaxe* produtos da atividade intelectual que consiste em progressiva abstração.

## NOTAS

Este trabalho foi apresentado em fevereiro de 1986 como requisito parcial do concurso para Professor Associado na PUC-SP. Participaram da banca examinadora os Profs. Rodolfo Ilari, Mary Kato, Leila Barbara, Maria Lucia Santaella Braga e John Robert Schmitz. Sou grato a todos eles pelas valiosas críticas, assim como aos meus alunos de pós-graduação da Unicamp e da PUC-SP com quem tive a oportunidade de discutir vários aspectos do trabalho. Agradeço também ao colega Franciscus Vander Wiel pela revisão do português.

1. Enunciados como (5b) são, na verdade, ambíguos em língua natural. Uma pesquisa (cf. Carden, 1976) em torno do enunciado '*All the boys didn't leave*' revelou que ele é ambíguo entre '*Nenhum dos rapazes saiu*' e '*Nem todos os rapazes saíram*'. Num total de 35 entrevistados, 21 optaram pela primeira interpretação, o que comprova que há uma tendência forte no sentido de interpretar o enunciado como universal negativo (isto é, o contrário do enunciado afirmativo correspondente). Veja Rajagopalan 1984a para uma explicação do porquê da ambigüidade.

2. Ao longo de sua carreira, Chomsky tem vacilado entre realismo e nominalismo (cf. Katz, 1980). Em 1977, por exemplo, ele já estava advogando uma posição exatamente oposta: "... by the phrase 'logical form' I mean that potential representation of meaning that is determined by grammatical structure" (Chomsky e Ronat, 1977: 165).
3. A flecha indica a ordem em que se constrói o retrato mental.
4. 'Ser o pai de' é, em potencial, uma relação um-muitos, ao passo que, ser filho de' é, em potencial, uma relação muitos-um.
5. Note-se, de passagem, que a proposta de Atlas e Levinson não tem como fazer frente à seguinte objeção: a escolha entre diferentes formas de representação é sempre motivada, de modo que ao invés de diferentes formas gerarem implicaturas diferentes, é a necessidade de derivar diferentes implicaturas que leva o analista a optar pelas diferentes formas.
6. É interessante notar que, segundo Cresswell (1985), mesmo no caso de matemática, é preciso distinguir entre uma operação em si e seu resultado. Citando-o, "... ... the key to salving the problem of propositional attitudes lies in recognizing this ambiguity in the expression '5 + 7': it sometimes refers to the two input numbers 5 and 7 together with the operation to be performed on them, and sometimes refers to the result of performing that operation" (Cresswell, 1985: 11-12).
7. Vale a pena aqui citar a seguinte colocação bem ponderada de Wilkins (1982: 228): "The very prevalence of dichotomies suggests that we find them helpful in conceptualizing issues which we seek to clarify. The danger lies in the fact that we also anticipate a resolution of the opposition involved".

---

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS, J.D. e S.C. LEVINSON (1981). 'It-chefts, informativeness, and logical form: radical pragmatics (revised standard version). Em Cole (org). (1981). Pp. 1-62.
- AUSTIN, J.L. (1962). How to Do Things with Words. Oxford: Clarendon.
- BAR-HILLEL, J. (1971). 'Out of the pragmatic wastebasket'. Linguistic Inquiry. 2.4. Pp. 401-407.

- BENVENISTE, E. (1976). Problemas de Linguística Geral. São Paulo: Ed. Nacional.
- GARDEN, G. (1976). English Quantifiers: Logical Structure and Linguistic Variation. Nova Iorque: Academic Press.
- CHAFE, W. (1971). 'Directionality and paraphrase'. Language. 47. 1. Pp. 1-26.
- CHOMSKY, N. (1965). Aspects of The Theory of Syntax. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- \_\_\_\_\_, e M. Ronat (1977). Language and Responsibility. Nova Iorque: Pantheon Books.
- COHEN, L.J. (1964). 'Do illocutionary forces exist?'. Philosophical Quarterly. 14. Pp. 118-137.
- COLE, P. (1978). 'On the origins of referential opacity'. Em P. Cole (org). (1978). Syntax and Semantics. Vol. 9 Pragmatics. Nova Iorque: Academic Press.
- CRESSWELL, M.J. (1985). Structured Meanings. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- DAVIDSON, D. (1967). 'Truth and meaning'. Synthese. 17. p. 304-323.
- DUCROT, O. (1977). Princípios de Semântica Linguística: Dizer e Não Dizer. Trad. por C. Vogt, R. Ilari e R.A. Figueira. São Paulo: Ed. Cultrix.
- FODOR, G. (1970). 'Three reasons for not deriving 'kill' from 'cause to die''. Linguistic Inquiry. 1.4. Pp. 429-438.
- GAZDAR, G. (1979). Pragmatics: Implicature, Presupposition, and Logical Form. Nova Iorque: Academic Press.
- \_\_\_\_\_, (1980). 'Pragmatics and logical form'. Journal of Pragmatics. 4. Pp. 1-13.
- GIVÓN, T. (1979). On Understanding Grammar. Nova Iorque: Academic Press.
- \_\_\_\_\_, (1982). 'Logic vs. pragmatics, with human language as the referee: toward an empirically viable epistemology'. Journal of Pragmatics. 6. Pp. 81-133.
- GRAY, B. (1975). 'The same meaning with different forms'. Language Sciences. 38. Pp. 1-8.
- GREWENDORF, G. (1984). 'On the delimitation of semantics and pragmatics: the case of assertions'. Journal of Pragmatics. 8. Pp. 517-538.

- GRICE, H.P. (1975). 'Logic and conversation'. Em P. Cole e J.L. Morgan (orgs). (1975). Syntax and Semantics Vol. 3. Speech Acts. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 41-58.
- HARMAN, G. (1970). 'Deep structure as logical form'. Synthese 21. Pp. 275-297.
- HUTCHINSON, (1985). 'Nonlinguistic beliefs in Linguistics'. Journal of Pragmatics. 9. Pp. 109-136.
- ILARI, R. (1983). 'Dos problemas de imperfecta simetria'. Ensaio de Linguística 9. Belo Horizonte: UFMG. Pp. 94-120.
- KAC, M. (1972). 'Action and result: two aspects of predication in English'. Em J.P. Kimball (org) (1972). Syntax and Semantics Vol. 1. Nova Iorque: Seminar Press. Pp. 117-124.
- KATZ, J.J. (1980). 'Chomsky on meaning'. Language.
- KEMPSON, R.M. (1975). Presupposition and the Delimitation of Semantics. Cambridge: CUP.
- \_\_\_\_\_, (1977). Semantic Theory. Cambridge: CUP.
- LAKOFF, G. (1972). 'On generative semantics'. Em D. Davidson e G. Harman (orgs). (1972). Semantics of Natural Language. Dordrecht-Holland: D. Reidel Publ. Co. Pp. 545-565.
- LEECH, G.N. (1976). 'Metalanguage, pragmatics and performatives'. Em C. Rareh (org). (1976). Semantics: Theory and Application. Washington, D.C.: Georgetown Univ. Press.
- LEVINSON, S.C. (1983). Pragmatics. Cambridge: CUP.
- LYONS, J. (1968). An Introduction to Theoretical Linguistics. Cambridge: CUP.
- \_\_\_\_\_, (1977). Semantics. Vols. 1 & 2. Cambridge: CUP.
- MCCAWLEY, J.D. (1968). 'Lexical insertion in a transformational grammar without deep structure'. Em Papers from the Fourth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society. Pp. 71-80.
- \_\_\_\_\_, (1971). 'Where do noun phrases come from?'. Em D.D. Steinberg e L.A. Jakobovits (orgs). (1971). Semantics. Cambridge: CUP.

- RAJAGOPALAN, K. (1982). Negation and Denial: A Study in the Theory of Speech Acts. Tese de doutorado defendida na PUC-SP. Inédita.
- \_\_\_\_\_, (1983). 'O caso de verbos performativos no negativo: semântica ou pragmática? - tréplica a Mary Kato'. Série Estudos, 9. Uberaba FIUBE.
- \_\_\_\_\_, (1984a). 'Ato ilocucionário de denegação como conceito chave na exploração de alguns problemas ligados à interação entre negação e quantificação'. Anais do VIII Encontro Nacional de Linguística. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_, (1984b). 'The Harris-Edmondson dispute: identifying the strawmen'. Journal of Linguistics, 20. Pp. 251-256.
- \_\_\_\_\_, (1984c). 'Negação e denegação'. VIII Anais de Seminário do GEL. Assis: Unesp.
- \_\_\_\_\_, (1984d). 'Posso fazer uma pergunta?'. IX Anais de Seminários do GEL. Bata-tais: Faculdade 'José Olympio'. Pp. 83-87.
- REICHENBACH, H. (1947). Elements of Symbolic Logic. Nova Iorque: The Free Press.
- ROSS, J.R. (1970). 'On declarative sentences'. Em R.A. Jacobs and P.S. Rosenbaum (orgs). Readings in English Transformational Grammar. Waltham, Mas.: Ginn & Co. 222-272.
- RUSSEL, B. (1905). 'On denoting'. Em I.M. Copi e J.A. Goul (orgs). (1967). Contemporary Readings in Logical Theory. Nova Iorque: The Macmillan Co. Pp. 93-104.
- SADOCK, J.M. (1974). Toward a Linguistic Theory of Speech Acts. Nova Iorque: Academic Press.
- SMITH, N. e D. WILSON (1979). Modern Linguistic: The Results of Chomsky's Revolution Harmondsworth, Inglaterra: Penguin Books Ltd.
- VOGT, C. (1977). O Intervalo Semântico. São Paulo: Ed. Ática.
- \_\_\_\_\_, (1980). Linguagem, Pragmática e Ideologia. São Paulo: Ed. Hucitec.
- WILKINS, D. (1982). 'Dangerous dichotomies in applied linguistic'. Em D. Crystal (org) Linguistic Controversies Londres: Edward Arnold. Pp. 221-231.
- WILSON, D. (1975). Presuppositions and Non-Truth-Conditional Semantics. Londres: Academic Press.

WITTGENSTEIN, L. (1921). Tractatus Logico-Philosophicus. Londres: Routledge & Kegan Paul.